

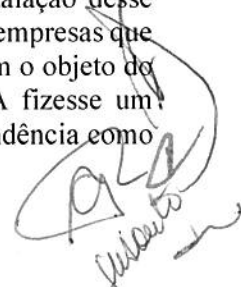


MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

Ata da 39ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, realizada em 24 de setembro de 2015, em Brasília (DF).

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de 2015, com início às 10h00, nas dependências da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), no SBN, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, na sala de reunião do 20º andar, em Brasília (DF), sob a presidência do Sr. **Cleber Ávila Ferreira**, Superintendente da Sudeco, realizou-se a **39ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada** da Sudeco, secretariada pelas servidoras **Elisa Roesler e Silva e Valéria Maria do Prado Chaves Pinheiro Lopes** e pela colaboradora **Josiene Nunes de Almeida**. A reunião contou com a presença dos seguintes membros da Diretoria Colegiada: o Sr. **José Augusto Scaléa**, Diretor da Diretoria de Administração (DA); o Sr. **Carlos Gardel Ribeiro**, Diretor da Diretoria de Planejamento e Avaliação (DPA); e o Sr. **Everaldo Fernandes Benevides**, Diretor da Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF). Participaram da reunião, também, o Sr. **Rodrigo Rommel de Melo Matos**, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada da Sudeco; a Sra. **Sônia Maria Souto**, Auditora-Chefe da Sudeco; o Sr. **Adriano de Sousa Cordeiro**, Chefe de Gabinete; o Sr. **Domingos Sávio de Moura Pacheco**, Coordenador-Geral de Suporte Logístico e Tecnologia da Informação; a Sra. **Hélen Cássia Nunes e Silva**, Coordenadora-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos; a Sra. **Janaína Luciana de Lima Gomes**, Coordenadora de Recursos Humanos; e os servidores **Lisenir Ferreira Gomes e Cleuber Monteiro Paixão**. O Sr. Cleber Ávila cumprimentou os presentes e declarou aberta a reunião. O superintendente colocou em discussão a dispensa da leitura da Ata da 38ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 28 de julho de 2015, que foi aprovada por unanimidade. Logo depois, colocou em votação a sua aprovação. Aprovado por unanimidade. O superintendente afirmou que, apesar da pauta extensa, os assuntos a serem tratados já eram de conhecimento dos diretores e que, portanto, a reunião não deveria se prolongar. Assim, declarou aberta a reunião. **1. PROPOSTAS DO GABINETE: 1.1 AUDITORIA:** O Sr. Cleber Ávila passou a palavra à Auditora-Geral da Sudeco, a Sra. Sônia Souto. Esta iniciou dizendo que o primeiro item dizia respeito ao passivo de convênios em aberto que se encontram na Sudeco e que sofreram apontamentos do Tribunal de Contas da União (TCU), e que, inclusive, disse já existir Acórdão sobre isso. Lembrou, ainda, aos presentes que a Sudeco estava passando por auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), e que boa parte dos apontamentos que estão questionando refere-se a esses convênios. Complementou informando que se trata de 300 convênios expirados e com prestação de contas em aberto que poderão, diante dessa auditoria, gerar uma corresponsabilidade dos gestores. Enfatizou que, se nem a notificação aos convenientes foi feita, então, a Sudeco é responsável. Assim, disse tratar-se da última chance para se tomar uma atitude definitiva. Então, sugeriu que se faça uma força-tarefa por meio de portaria que designe servidores para a execução desses trabalhos com prazos definidos. Disse, ainda, que desses 300 convênios, 217 estão totalmente incorretos, sem nenhuma providência ou ação tomada. Salientou que a Sudeco já sabe de todos os problemas desde a SCO, da qual pegou-se esse passivo, mas agora tem de ter uma ação efetiva. Disse que conversou com o Assessor Especial de Controle Interno, do Ministério da Integração Nacional (MI), o Sr. Elíbio Estrêla, que informou que no Acórdão nº 2927/2013, que incluiu vários órgãos, dentre eles o MI, a Sudeco está com a maior quantidade de convênios em aberto. Disse, também, que o MI está fazendo uma portaria para nomear uma equipe para atuar nesses convênios, com prazo definido, para, pelo menos, tomar algumas providências e regularizar uma parte. Informou, ainda, que já havia feito um memorando-circular em 14 de julho de 2015, em que solicitou providências das áreas e que, efetivamente, quem só até o momento procedeu às providências foi a DPA. Informou que se reuniu com os servidores Lisenir Ferreira e Eliel Mendes, e que estes já encaminharam à Auditoria boa parte desses documentos que estavam parados para a prestação de contas, e nos quais já estavam começando a fazer as modificações. Nesse momento, o diretor da DA pediu para fazer uma observação sobre forma como a Auditora estava expondo essa situação, pois a DA também estava

tomando providências em relação ao que estava sendo encaminhado pela DPA. A Sra. Sônia Souto, no entanto, disse que estava falando com relação à resposta ao memorando encaminhado, apenas respondido efetivamente pela DPA. Disse estar ciente das providências que estão sendo adotadas pela DA, mas que, como não houve resposta ao memorando, entende-se por aberta essa demanda. O Sr. José Scaléa disse que sua área estava sim tomando providências e que entendia a necessidade de resposta ao memorando como burocracia, mas que se apenas um memorando respondendo resolvesse o fato, ele então o faria. O Superintendente disse que, apesar de compreender que o importante não era o papel, mas sim as providências que estão sendo tomadas pela DA, também compreendia que a Auditora-Chefe gostaria de ter um documento em que isso fosse registrado. Entretanto, disse, também, que se deve reconhecer que a DA não ficou na inércia em relação ao problema. Assim, pediu que fosse feito o registro informando-se que as diretorias estão trabalhando para resolver a questão. Disse, ainda, que, efetivamente, não se conseguiu dar uma solução a esses convênios antigos. Então, seria importante uma outra reunião entre os diretores para discutir a questão e montar essa equipe da força tarefa, pois essa situação poderia acarretar problemas tanto para instituição quanto para os gestores. Então, disse que estava fazendo o encaminhamento da proposta de se montar uma força-tarefa e que marcaria uma reunião para montarem essa equipe de ação. O encaminhamento foi de comum acordo entre os diretores. **1.2 AUDITORIA** – A Sra. Sônia deu início ao segundo item explicando se tratar da utilização do ponto eletrônico na Sudeco. Chamou a atenção para o caso ocorrido com o aparelho para registro do ponto eletrônico da Partner, no qual houve uma “sabotagem” por pessoa desconhecida até o momento, dentro da Sudeco. Disse que esteve em reunião com os responsáveis pela empresa Partner e que esta havia solicitado a instalação de câmeras para monitoramento no local do ponto eletrônico. No entanto, ela informou que havia explicado àquela empresa que, devido à falta de recursos, no momento, não seria possível à Sudeco arcar com essa instalação, lembrando, ainda, aos presentes que a empresa também tem a receber da Sudeco e que também está em situação financeira difícil, não podendo, portanto, efetuar essa instalação por conta própria. Assim, disse que, como também já está se decidindo pelo controle funcional dos servidores, pediu que fosse feita a instalação desse monitoramento dos aparelhos. Assim, pediu à Diretoria Colegiada que aprovasse a instalação de câmeras previamente para que, em momento oportuno, com disponibilidade de recursos, esse item pudesse voltar para deliberação. O Sr. José Scaléa disse que a proposta é a aquisição de circuito fechado para toda a Sudeco para coibir outras reclamações que tem chegado pela Ouvidoria, como o desaparecimento de fones de ouvido. Explicou aos presentes que o item não pode ser comprado com o cartão de suprimento de fundos, mas que se deve abrir processo para essa aquisição, o que levaria algum tempo, pois envolveria aquisição de software, mesmo que fosse apenas uma câmera. A Sra. Sônia disse que, como se deve pedir a autorização para a Colegiada para se iniciar qualquer processo licitatório, gostaria que já fosse autorizada a abertura desse processo de aquisição. O Superintendente disse que o fato ocorrido era inadmissível e que devem ser tomadas as providências cabíveis para apuração do fato em questão e que algum procedimento interno deve ser feito. Disse, ainda, ser um absurdo que se deva vigiar o ponto para que não o quebrem. Sônia lembrou da atitude correta da DA ao divulgar para toda a Sudeco o ocorrido e as possíveis consequências desse ato. O Sr. Rodrigo Rommel, Procurador-Chefe, disse que pode avaliar o caso e saber se há legislação específica para responsabilizar a empresa de segurança, se for o caso, pelo fato ocorrido. O Sr. José Scaléa sugeriu a possibilidade de se pedir à segurança para acompanhar o ponto, até que se faça a aquisição da instalação das câmeras de monitoramento. O diretor da DPA, o Sr. Carlos Gardel, disse ser importante dar uma atenção especial a essa questão de segurança, pois a aquisição de equipamentos de segurança não é só comprar a câmara, pois depende de software, um computador e um operador. Assim, disse que talvez fosse mais em conta um aditivo na licitação da vigilância para a instalação desse equipamento, pois eles também fazem isso. O Procurador-Chefe lembrou da existência de empresas que fazem o monitoramento completo. No entanto, o diretor da DA disse que, assim, mudariam o objeto do contrato de vigilância. O Superintendente, então, disse que a proposta seria que a DA fizesse um levantamento de viabilidade para implantação de monitoramento eletrônico da Superintendência como

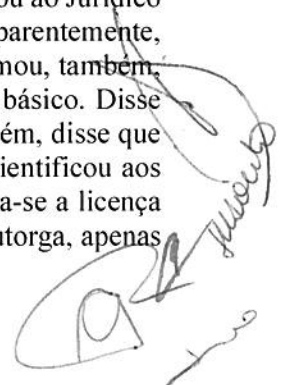


Continuação...

Ata da 39ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada da SUDECO, realizada em 24 de setembro de 2015, em Brasília (DF).

um todo. A nova proposta foi colocada em discussão. Aprovado por unanimidade. **2. PROPOSTAS DA DIRETORIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E DE GESTÃO DE FUNDOS: 2.1 APROVAÇÃO “AD REFERENDUM” - PROPOSIÇÃO Nº 27/2015.** O Diretor Everaldo Fernandes explicou tratar-se de proposta, já discutida entre os diretores, a respeito da aprovação da Consulta Prévia da empresa Cia Thermas do Rio Quente, que tem como objetivo a construção de complexo de hotelaria, turismo e entretenimento e a expansão de um hotel já existente no município de Rio Quente/ Goiás. O Superintendente colocou a Proposição nº 27/2015 em discussão. Não havendo quem a quisesse discutir, colocou-a em discussão. Aprovado por unanimidade. **2.2 PROPOSIÇÃO Nº 28/2015** - O Diretor Everaldo Fernandes explicou que se tratava da aprovação da Nota Técnica nº 181/2015, que sugere o arquivamento do Processo nº 59800.000644/2014-39, da Concessionária Rota do Oeste S.A., que também já foi muito discutido entre os diretores. O Superintendente colocou o item em discussão. Aprovado por unanimidade. **2.3 PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO PARA ATUAÇÃO DA SUDECO EM PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS** – O Diretor Everaldo Fernandes introduziu o item e passou a palavra para o servidor Cleuber Paixão que faria a apresentação do plano estratégico. Este iniciou apresentando a equipe que fez parte do grupo de trabalho criado pela Portaria n.º 61, de 27/3/2015, cujo objetivo era formular a estratégia de atuação da Superintendência para a atração de investimentos. Fez um breve relato sobre o histórico da promoção de investimentos na Superintendência e citou a formalização de um acordo de cooperação técnica entre Sudeco e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 17/12/2014, para que a Sudeco pudesse fazer parte da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai). Explicou aos presentes que a Renai é uma rede que congrega informações dos vários estados brasileiros voltadas para os investidores, principalmente para os estrangeiros. Disse que foram realizadas cinco reuniões e que a equipe, após realizar pesquisas em fontes diversas, deu início à elaboração do plano de ação que teve como ideia inicial definir a área de atuação da Sudeco com relação à atração de investimentos. Informou aos presentes da elaboração da minuta do plano de ação, o que havia sido anteriormente encaminhado aos membros, e disse que na presente apresentação, seriam elencados apenas seus principais pontos. Assim, cientificou a todos que foram levantadas oito ações: 1 - Formação de uma Renai regional; 2 - Versão em inglês do site da Sudeco com ícone para a atração de investimentos; 3 – Criação de um Guia de Investimentos do Centro-Oeste (português e inglês); 4 - Apresentação de oportunidades a embaixadas, câmaras de comércio e consultorias; 5 - Capacitação dos Servidores (capacitação dos servidores do quadro da Sudeco por meio de Capacitação da Renai sobre promoção de investimentos e curso de língua estrangeira, prioritariamente em inglês e/ ou espanhol para o atendimento de potenciais investidores); 6 - Divulgação de assuntos relativos à Promoção de Investimentos; 7 – Realização de Feira de investimentos do Brasil Central (proposta da Renai); 8 - Promoção de Investimentos na RIDE-DF. Com relação à última ação, que tratava da RIDE-DF, informou que em agosto de 2014, foi realizada reunião com os vinte e dois municípios para tentar fazer um trabalho de promoção de investimentos nesses municípios que compõem a RIDE e os de Minas Gerais. Entretanto, informou que apenas seis municípios compareceram à reunião. Informou, ainda, que a Sudeco saiu da reunião com a responsabilidade de montar um questionário aos municípios com as informações que julgasse importantes com foco na promoção de investimentos, mas que somente cinco municípios haviam respondido. Assim, disse que o trabalho ficou meio “perdido” e que, apesar de essa interação com os municípios constar no acordo de cooperação técnica com a Renai, esta ainda não teve segmento. Após a explanação do servidor Cleuber, o Superintendente o parabenizou a todo o grupo pela qualidade do trabalho. Entretanto, fez a observação de que a atração de investimento deveria forçar em todo os espaços prioritários trazidos pela PNDR de forma isonômica. O Diretor da DPA, o Sr. Carlos Gardel pediu a palavra. Primeiramente parabenizou pelo excelente trabalho apresentado, mas enfatizou que a DPA poderia ter contribuído com a qualidade desse trabalho, assim, pediu que fossem inseridos na continuação do projeto. O Superintendente pediu para que se deixasse registrado que o convite foi feito à DPA, pois, logo após a publicação da portaria que criava o grupo de trabalho, o diretor da DPA havia levantado que esta não contemplava a

participação de membros de sua equipe. Assim, o Sr. Cleber Ávila informou que solicitou a este que, então, indicasse o nome de servidores de sua equipe para que fosse feita alteração na portaria em questão, o que não foi feito. Assim, o Superintendente pediu ao diretor Carlos Gardel que enviasse os nomes para fazer a alteração da portaria. O Sr. Adriano de Sousa Cordeiro pediu a palavra. Este agradeceu aos elogios e registrou um especial agradecimento ao servidor Cleuber por seu empenho no trabalho, assim como a toda a equipe da Coordenação-Geral em que este atua. A Sra. Hélen Cássia, Coordenadora-Geral de Gestão do FCO e de Promoção de Investimentos, pediu a palavra e externou seus parabéns ao grupo pelo excelente trabalho desenvolvido, em especial ao Sr. Cleuber, afirmando que, desde que este foi designado para sua equipe, para desenvolver esse trabalho relativo à promoção de investimentos, este vem se destacando. Disse, também, que esse trabalho que foi realizado até então já tem surtido efeito, pois desde o ano passado, quando participaram do evento Brasil Maior em Goiânia, oportunidade em que conheceram a Renai, várias ações foram sendo desenvolvidas: a assinatura do acordo com o Reani em dezembro de 2014; as oportunidades de se conhecer outras experiências, como o Projeto Líder do SEBRAE, instituição que também participou da última reunião do CASE; a visita ao Itamaraty; a realização de três Workshops na região Centro-Oeste com a participação das instituições financeiras oficiais federais e outras instituições que atuam na região com os nossos Fundos que, na oportunidade, divulgaram não só FCO e o FDCO, mas também outras alternativas para que empresários e produtores rurais possam investir na região. Citou, também, que o grupo de trabalho se saiu muito bem na reunião com os especialistas da divisão de comércio dos Estados Unidos, reforçando, assim, a importância de se capacitar os servidores em outras línguas para dar continuidade a eventos como esse. Parabenizou ao servidor Cleuber pela elaboração do material para apresentação na referida reunião, ao Coordenador de Comunicação, o Sr. André Levino, pela tradução do material e apresentação feita em inglês, e a sua equipe pelo empenho para a concretização dos trabalhos, e, finalizando, disse que vai continuar empenhada para atração e promoção de investimentos em prol da Sudeco. O Superintendente colocou novamente o item em discussão, e, não havendo quem mais quisesse discuti-lo, colocou a proposta do Plano de Ação para atuação da Sudeco em promoção de investimentos em votação. Aprovado por unanimidade. **2.4 NOTA TÉCNICA Nº 207/2015/DIPGF/SUDECO** - O Diretor Everaldo Fernandes explicou tratar-se da aprovação da NOTA TÉCNICA Nº 207/2015/DIPGF/SUDECO, que questionava pelo prosseguimento ao convênio nº 755261/2010, com o município de São Gabriel do Oeste/MS, no qual foram identificadas algumas informalidades processuais. E que, ao ver da respectiva diretoria, não traziam danos ao convênio e nem ao município. Na sequência, passou a palavra ao Engenheiro Raimundo Geofre que, nesse momento, havia chegado à reunião para exposição do item em discussão. O Sr. Raimundo explicou que, após a liberação da primeira parcela, durante a vistoria, o engenheiro responsável pela análise na época notou no processo físico que o projeto básico da obra do convênio ainda não havia sido aprovado. Na ocasião, o procedimento era que, nos casos de alteração no convênio, encaminhava-se o processo ao Jurídico para que este se posicionasse se o convênio poderia ou não prosseguir juridicamente. E que, em caso positivo, este voltava para o engenheiro para que, então, nesse momento, fizesse a aprovação do projeto básico. Então, disse, que talvez tenha sido nesse momento que essa aprovação não tenha sido feita. Disse, ainda, que durante a vistoria, o engenheiro também detectou que alguns trechos dessa obra que, teoricamente, estavam tudo certo, estavam sendo realizadas com outros recursos, o que não teria nenhum problema em virtude de se poder glosar os valores referentes a essa parte. Com relação a essa anterior à análise do projeto básico, a pessoa que encaminhou ao Jurídico disse que tinha verificado no processo que todos os elementos estavam presentes e que, aparentemente, estava tudo certo, ou seja, entende-se que a condicionante foi retirada do convênio. Informou, também, que foi dado ao convênio um prazo até 31/3/2012 para que fosse apresentado o projeto básico. Disse que, no processo, no dia 12/4/2012, foi citado na análise que não constava outorga. Também, disse que não foi encontrada nem no processo e nem no Siconv a licença ambiental. Entretanto, cientificou aos presentes que esse projeto tem um particular porque, pelo seu tipo de drenagem, dispensa-se a licença ambiental. Com relação à outorga, informou que, até hoje, o estado de MS não emite a outorga, apenas



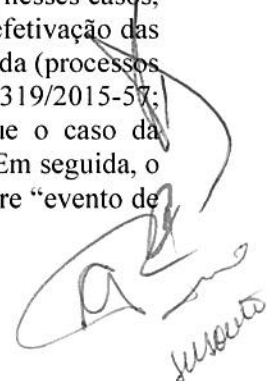
Continuação...

Ata da 39ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada da SUDECO, realizada em 24 de setembro de 2015, em Brasília (DF).

informa, por despacho, que não está emitindo outorgas. Com relação à questão da condicionante, disse que a obra de drenagem foi executada em sua maioria, e que já existe um pedido de readequação do objeto. Informou que, a princípio, acredita, como técnico, que o prejuízo maior seria deixar sem concluir o convênio. O Superintendente colocou o item em discussão. A Sra. Sônia Souto questionou se as questões sobre a ausência da outorga e da licença ambiental estavam bem esclarecidas no processo. O engenheiro Raimundo disse que se trata de uma situação comum em processos do MS, mas que não há clareza sobre isso nas análises técnicas. O Procurador-Chefe lembrou que a análise técnica do Projeto Básico seria pré-requisito para a continuidade do convênio, e que esta deve ser concluída. O Sr. Raimundo explicou que o resultado da vistoria não foi concluído ainda porque a proposição apresentada aqui para a Diretoria Colegiada é para a continuidade ou não do convênio e, então, em caso positivo, ser submetido à área técnica para continuidade das análises. Questionado pelo Superintendente, o engenheiro Raimundo explicou que, no passado, implicitamente, quando se detectava que o projeto era razoável e que existia a possibilidade concreta de ser aprovado, sugeriam-se as mudanças necessárias e encaminhava-se ao Jurídico para prosseguimento ou não do convênio, e que, em caso positivo, concluía-se, então, a análise de aprovação. O Sr. Cleber Ávila, a fim de sugerir um encaminhamento, fez um breve resumo do que foi dito até então e sugeriu que a análise do projeto básico deveria ser concluída e que, em caso de aprovação, já estaria autorizado o prosseguimento do convênio, mas que, em caso de reprovação, solicitar-se-ia o cancelamento do convênio e a devolução dos recursos. Entretanto, o diretor da DA, o Sr. José Scaléa, disse não concordar, pois disse acreditar que a análise da engenharia deveria ser feita e, independente da aprovação ou não, o convênio deveria voltar para a Diretoria Colegiada para deliberação pelo seu prosseguimento ou não. Assim, o Sr. Cleber Ávila, em comum acordo entre os diretores, pediu que se registrasse que ficou acordado que o convênio deverá voltar para a análise da Diretoria Colegiada após a análise do projeto básico para que se possa, então, tomar uma decisão. E, assim, não havendo quem mais quisesse discutir, colocou esse último encaminhamento em votação. Aprovado por unanimidade. **2.5 PROPOSIÇÃO Nº 30/2015/DIPGF/FDCO** – DIPGF O Diretor Everaldo Fernandes disse que esse item também já foi discutido entre os membros, que teve a Consulta Prévia aprovada em 9/12/2014, e que se tratava da aprovação da participação do FDCO no projeto da empresa ADM do Brasil Ltda., que tem como objetivo a construção de uma unidade de produção de proteína vegetal a partir da soja no município de Campo Grande (MS). Informou que o projeto foi aprovado pelo Banco do Brasil e que este já encaminhou à Sudeco o Termo de Aprovação do Projeto. O Superintendente explicou que faz parte da formalização do decreto de regulamentação do FDCO, e que, no caso, o banco já aprovou o projeto e, agora, está pedindo autorização para fazer a contratação. O item foi colocado em discussão, e, não havendo quem mais quisesse discuti-lo, foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. **3. PROPOSTAS DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO:**

3.1 CONTRATAÇÕES DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO: novas contratações: **59800.000997/2014-39** (Manutenção de veículos); **59800.000265/2015-20** (Clipping Jornalístico); **59800.000313/2015-80** (Eventos); **59800.000319/2015-57** (Materiais gráficos); **59800.000220/2015-55** (Software de Patrimônio); **59800.000216/2015-97** (Retroprojektor); **59800.000337/2015-39** (Evento de capacitação); **59800.000225/2015-88** (Software de Georreferenciamento). **3.2 PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÕES DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO:** **59800.000393/2014-92** (Acesso a informações registradas no SINAPI); **59800.000653/2014-20** (Serviço Técnico Especializado de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação)); **59800.000634/2014-01** (Serviço especializado em Tecnologia da Informação para comunicação eletrônica); **59800.000302/2012-57** (Serviços de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais); **59800.000639/2014-26** (Serviço de Tecnologia da Informação e de gerenciamento de Conexão à INFOVIA); **59800.000303/2012-00** (Prestação contínua de serviços de distribuição, da publicidade legal, impressa ou eletrônica); **59800.000102/2014-66** (Serviço de Telefonia fixa); **59800.000101/2014-11** (Prestação de Serviços de Telefonia Móvel e Pessoal – SMP). - O Superintendente sugeriu que os itens da DA fossem deliberados em bloco, dando-se destaque, por parte dos diretores, àqueles que

necessitem. Salientou que se tratava de algumas contratações novas, mas que outras eram de renovações. Assim, passou a palavra ao diretor José Scaléa que deu início explicando que alguns processos eram de novas contratações, mas que grande parte era de renovação, como o do SERPRO. Acrescentou que, além do item sete (Processo: 59800.000337/2015-39), da proposição 3.1, que foi encaminhado fora do prazo para inserção na pauta, havia a necessidade de apresentação, como nova extra pauta, de um outro item, que seria o número oito, que se tratava de aquisição de software de georreferenciamento, demandado pela DIPGF, informando já existir um valor estimado de contratação, e, assim, salientou que estes itens dependeriam da aprovação dos membros para serem deliberados na presente reunião. Com o consentimentos dos membros presentes, explanou item por item, iniciando pelas novas contratações: com relação ao item “Manutenção de Veículos”, informou que a Sudeco ainda não dispõe desse serviço para sua frota, e que essa contratação seria realizada a partir de pregão, e que o valor estimado era de cerca de cento e trinta e um mil reais; no caso da contratação de “Clipping Jornalístico”, disse que a ASCOM tem tido problemas com o atual contrato, e que inclusive já penalizou a empresa, assim, disse tratar-se de um novo processo que deve ser aberto no próximo dia vinte e nove, no valor aproximado de setenta mil reais; informou que, a respeito do contrato de “Eventos”, ainda não há um valor estimado; com relação ao processo de contratação de “Matérias Gráficas”, demandado pelo ASCOM, informou também ainda não haver valor estimado, mas que estava na fase de pesquisa de preço; sobre a aquisição de “Software de Patrimônio”, informou ser uma demanda da área de logística e patrimônio, que estava na fase de análise da minuta do Termo de Referência; com relação à aquisição de “Retroprojektor”, informou estar em fase de pesquisa de preço; no caso de item sete, sobre “Evento de Capacitação”, informou aos presentes ser uma demanda dos setores de RH e Licitações e Contratos; e finalizou lembrando aos presentes que o item oito seria o processo de aquisição de software de georreferenciamento da DIPGF, com valor estimado em nove milhões de reais, com base na pesquisa de preço desse setor, e cuja folha com a pesquisa de preço seria repassada aos presentes. O Superintendente sugeriu que a exposição do item 3.2 fosse já realizada, e, assim, caso algum diretor quisesse fazer algum destaque, poderia fazê-lo quando desejasse. Então, o diretor da DA explicou tratar-se de prorrogações de contratos que ainda estão em vigência, mas que precisam ser prorrogados, mas, para isso, com a autorização da Diretoria Colegiada. E, assim, fez a leitura de cada item: “Acesso a informações registradas no SINAPI”, utilizado principalmente pela DIPGF; contrato da empresa B2Br Business que é “Serviço Técnico Especializado de TIC”; contrato com o SERPRO, para o serviço de correio eletrônico da Sudeco; contrato com a empresa Aires Turismo para agenciamento de passagem; contrato de Infovia do SERPRO para disponibilização de internet; contrato com a Empresa Brasileira de Comunicação que é da publicidade oficial obrigatória; contrato de telefonia fixa com a Claro; e contrato de telefonia móvel pessoal, que são os celulares da VIVO. Assim, informou que, basicamente, estas seriam as prorrogações e as outras contratações do item 3.1, as aquisições que estão sendo propostas. O Sr. Cleber Ávila questionou em relação ao item 2 do 3.2, Processo nº 59800.000653/2014-20, Serviço Técnico Especializado de TIC, se esse serviço compreenderia mão-de-obra e reposição de equipamentos. O diretor da DA disse que se tratava de suporte técnico, e que o valor estimado é pago por UST, e não por um valor mensal. Explicou o funcionamento: abre-se um chamado e eles fazem o atendimento. Então, este seria o valor total se a autarquia utilizasse todos os serviços. Após exemplificado cada item, as contratações e renovações foram colocadas em bloco em discussão. O Sr. Carlos Gardel pediu para fazer uma ressalva com relação à aprovação dos itens que não possuem valor ainda definidos: que estes voltassem novamente à Colegiada para serem referendados. O Sr. Scaléa disse que então, nesses casos, estava sendo aprovada a continuidade da formalização dos processos, mas que antes da efetivação das contratações, já com os valores estimados, estes teriam de voltar à deliberação da Colegiada (processos com valores ainda não estimados: 59800.000313/2015-80; 59800.000319/2015-57; 59800.000220/2015-55; e 59800.000216/2015-97). O diretor da DPA acrescentou que o caso da contratação do software de geoprocessamento também será calculado pelo uso de USTs. Em seguida, o Superintendente colocou novamente o item 3.1, com a inserção dos itens sete e oito, sobre “evento de



Continuação...

Ata da 39ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada da SUDECO, realizada em 24 de setembro de 2015, em Brasília (DF).

capacitação” e “aquisição de software de georreferenciamento”, e o item 3.2 em discussão, e, não havendo quem mais quisesse discuti-los, colocou-os em votação. Aprovado por unanimidade. **3.3 PORTARIA REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO** – o Sr. Scaléa disse que era o item mais polêmico por se tratar da portaria de ponto dos servidores. Passou a palavra para a Coordenadora de Recursos Humanos, Sra. Janaína Gomes, explicar. A servidora falou da portaria que foi elaborada. Em discussão, o Procurador disse que não foi consultado, e que a portaria não foi encaminhada para a Procuradoria para análise. O Sr. Carlos Gardel pediu vista. A servidora Valéria Lopes, como representante da comissão dos servidores, pediu a palavra e disse que a portaria não havia sido levada ao grupo para conhecimento, e que, antes da aprovação final, deveria ser melhor discutida com o grupo e os diretores para que futuramente não ocorram constrangimentos. O Superintendente disse que será acatado o pedido de vista do diretor Gardel, conforme determinação regimental. Orientou, ainda que, após vista, seja encaminhado para análise da Procuradoria e, também, seja levado para discussão com o grupo dos servidores. O Sr. Carlos Gardel pediu para aguardarem as sugestões que serão repassadas pela DPA antes de se encaminhar à Procuradoria. A Sra. Sônia Souto pediu que o item fosse considerado como prioridade, por se tratar de um item que é exigido pela CGU e que está se estendendo por um prazo muito longo. **4. PROPOSTA DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO: 4.1 FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS** - O Superintendente passou a palavra ao diretor da DPA, o Sr. Carlos Gardel, e este repassou à servidora Lisenir Ferreira para esclarecimento do item. A servidora explicou que se tratava da autorização à tramitação e formalização de mais 28 (vinte e oito) propostas, referentes à execução orçamentária e financeira de 2015, provenientes de emendas individuais de parlamentares não reeleitos, parlamentares de primeira legislatura e emendas de relatoria cuja relação segue abaixo:

Distrito Federal: 02 propostas

Proposta	Município	Valor R\$	Contingenciado
031695/2015	DER-DF	712.387,00	Não
032173/2015	Sec. Obras-DF	1.200.000,00	Não

Goiás: 17 propostas (06 contingenciadas)

Proposta	Município	Valor R\$	Contingenciado
817727/2015	Americano do Brasil	100.000,00	Não
032531/2015	Cocalzinho de Goiás	100.000,00	Sim
817497/2015	Cristalina	1.000.000,00	Não
817742/2015	Crixás	100.000,00	Não
817470/2015	Goianésia	100.000,00	Não
032772/2015	Itaberaí	300.000,00	Sim
032798/2015	Itarumã	100.000,00	Sim
032982/2015	Itauçu	100.000,00	Sim

031872/2015	Jesúpolis	250.000,00	Sim
817468/2015	Joviania	100.000,00	Não
817630/2015	Maurilândia	211.000,00	Não
817437/2015	Mimoso de Goiás	100.000,00	Não
817471/2015	Minaçu	100.000,00	Não
032461/2015	Novo Gama	250.000,00	Sim
817506/2015	Novo Gama	100.000,00	Não
817616/2015	Santa Cruz de Goiás	100.000,00	Não
817918/2015	Novo Gama	300.000,00	Não

Mato Grosso: 02 propostas contingenciadas

Proposta	Município	Valor R\$	Contingenciado
032994/2015	Ipiranga do Norte	150.000,00	Sim
033009/2015	Torixoréu	300.000,00	Sim

Mato Grosso do Sul: 07 propostas (01 contingenciada)

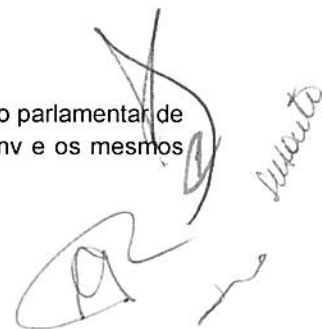
Proposta	Agência	Valor R\$	Contingenciado
032707/2015	Agesul	2.131.942,00	Sim
817691/2015	Agraer	304.775,00	Não
817469/2015	Agraer	3.912.275,00	Não
817949/2015	Anastácio	775.000,00	Não
817895/2015	Ivinhema	725.000,00	Não
817898/2015	Mundo Novo	325.000,00	Não
817954/2015	Paranhos	575.000,00	Não

Total: 28 - Propostas

9 - Contingenciadas

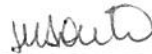
19 - Disponíveis

A servidora Lisenir Ferreira ainda informou aos presentes que, embora houvesse indicação pelo parlamentar de beneficiários para as emendas, os seguintes municípios não cadastraram propostas no Siconv e os mesmos foram informados:



Continuação...

Ata da 39ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada da SUDECO,
realizada em 24 de setembro de 2015, em Brasília (DF).



Sônia Maria Souto
Auditora-Chefe da SUDECO



Rodrigo Rommel de Melo Matos
Procurador-Chefe da SUDECO



Elisa Roesler e Silva
Relatora